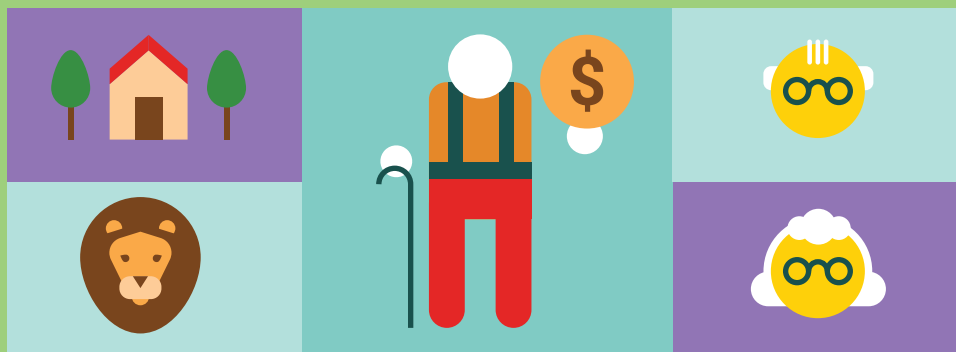


BENEFÍCIOS FISCAIS A APOSENTADOS NO IRPF

Relatório avaliou impactos da política na população idosa



Possíveis perdas de renda na aposentadoria, justamente numa fase da vida em que gastos com saúde aumentam, requerem atenção do poder público. Relatório elaborado em 2022, no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, indica, porém, que os beneficiados pela parcela isenta das aposentadorias e pensões são, majoritariamente, idosos que pertencem aos 10% mais ricos da população. Embora as despesas com saúde aumentem nesse grupo, não há perda de renda verificada, mas esse quadro pode se alterar com as novas regras previdenciárias. O texto ainda apresenta alternativas mais eficazes para reduzir a desigualdade de rendimentos de aposentadoria entre idosos, caso se opte por focalizar benefícios naqueles que são mais vulneráveis e usuários do SUS.

POLÍTICA AVALIADA

Parcela isenta do IRPF para rendimentos provenientes da aposentadoria ou pensão de declarantes com 65 anos

RECURSOS ENVOLVIDOS

R\$ 14,3 BI*

**ANO DA
AVALIAÇÃO**
2022

CONCLUSÕES PRINCIPAIS



**Benefício é apropriado
pelos mais ricos**



**Aposentadoria não
leva à queda de renda**



**Gastos com saúde,
porém, crescem**

*PLOA 2023

Dados da OCDE mostram que a perda de renda no momento da aposentadoria é uma realidade em muitos países. Embora avaliação do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) indique que esse não parece ser o caso no Brasil, há um esforço de proteção da população aposentada. E uma das estratégias para isso é a concessão de benefícios no Imposto de Renda.

O alívio tributário brasileiro funciona da seguinte maneira: todo cidadão com alguma renda a declarar é beneficiado por uma parcela de isenção de R\$ 1.903,98 mensais (valores de 2022, ano da avaliação). Se, por exemplo, a renda mensal de um trabalhador for de R\$ 5.000,00, o cálculo do imposto a ser pago é feito já descontando a parcela isenta, ou seja, a partir de uma base de R\$ 3.096,02 (R\$ 5.000,00 – R\$ 1.903,98). Brasileiros de 65 anos ou mais têm um benefício extra aplicado aos rendimentos de aposentadoria ou pensão, também de R\$ 1.903,98, fazendo com que a parcela isenta dobre para R\$ 3.807,96.

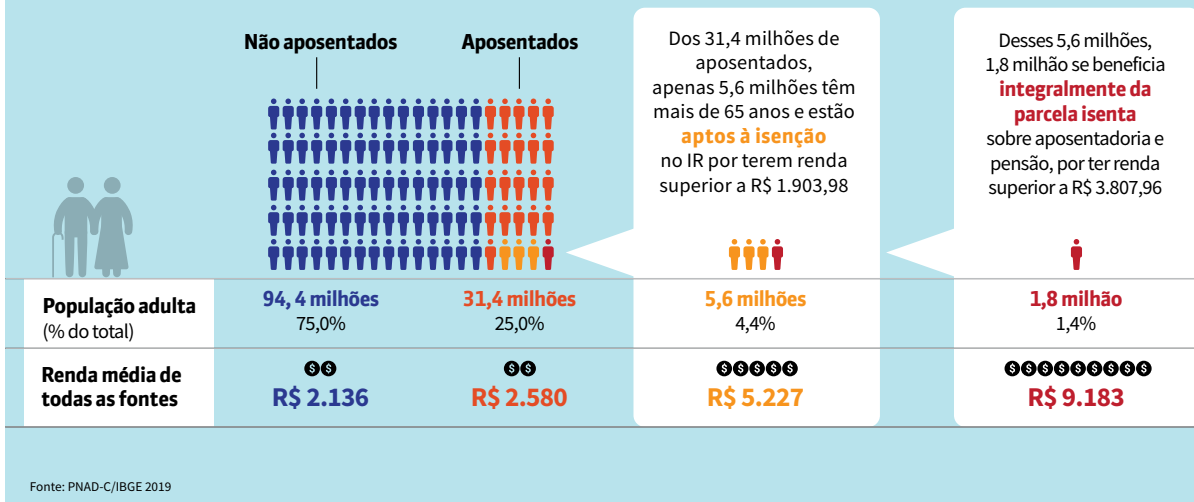
Como em qualquer política de isenção fiscal, isso gera um custo ao poder público. Em 2023, considerando o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), esse valor é de R\$ 14,3 bilhões.

No mundo todo, esse tipo de benefício é justificado pelo pressuposto de que, exatamente num momento em que os gastos com saúde aumentam, há um choque de renda negativo na aposentadoria. No entanto, no caso brasileiro, o relatório do CMAP estima que, em média, as pessoas com 65 anos e mais que se aposentam recebem cerca de R\$ 800 a mais que aquelas que não se aposentaram, destoando, portanto, do cenário verificado em outros países.

É importante, porém, considerar que esta realidade foi calculada num cenário impactado pelas regras anteriores à Reforma da Previdência, aprovada em 2019. Com a aplicação de normas mais rígidas para novos aposentados, é provável que, assim como nos países da OCDE, ocorra algum choque de renda após a aposentadoria.

Outro aspecto destacado é que a estratégia específica de concessão de benefícios via Imposto de Renda beneficia apenas uma minoria de aposentados de

BENEFICIADOS PELA ISENÇÃO TÊM RENDA MAIOR DO QUE O RESTANTE DA POPULAÇÃO ADULTA



maior poder aquisitivo. Isso é comprovado primeiro pela constatação de que 70% dos aposentados recebiam menos do que a linha básica de isenção do IRPF (R\$ 1.903,98 mensais) e, portanto, sequer eram tributados via Imposto de Renda. Em seguida, ao identificar o perfil dos idosos que na prática se beneficiam da política, a avaliação revela que aqueles com rendimentos mensais superiores a R\$ 1.903,98 mensais (acima da linha básica de isenção) representavam apenas 4,4% da população total, e estavam concentrados entre os mais ricos. Aqueles beneficiados por toda a parcela de isenção aos aposentados (R\$ 3.807,96) formavam um grupo ainda mais restrito (1,4% da população), e de renda ainda maior.

Por outro lado, é preciso considerar que o aumento de gastos com saúde é uma realidade para todos os grupos de idosos. Mas, mesmo neste caso, convém destacar que os aposentados de menor renda (não beneficiados pela isenção) recorrem muito mais ao SUS do que os mais ricos, que tendem a acessar muito mais o setor privado.

Diante dessas evidências, o relatório conclui que esta é uma política concentradora de renda, por beneficiar majoritariamente um grupo de brasileiros que



fazem parte dos 10% mais ricos da população. Avaliação aponta que há outras políticas públicas com maior capacidade de chegar, via proteção da renda ou garantia de acesso à saúde, aos idosos que mais precisam. Uma delas é o BPC (Benefício de Prestação Continuada), que garante o pagamento também de um salário-mínimo por mês a qualquer idoso cuja renda familiar mensal seja inferior a 1/4 do salário-mínimo. No caso do aumento dos gastos com saúde, a política de atendimento no SUS também se mostra mais eficaz.

Por fim, a eficácia de qualquer política pública precisa ser avaliada considerando seus objetivos. Benefícios universais via imposto de renda a aposentados são comuns ao redor do mundo. Por outro lado, considerando o cenário peculiar do Brasil, é preciso questionar se esse tipo de benefício se justifica num contexto de alta desigualdade, restrição de gastos, e necessidade de priorizar aqueles que mais precisam.



CLIQUE AQUI ou acesse o QRCode e leia os relatórios de avaliação desta política